



## O MILAGRE RÉGIO E O CICLO LEGENDÁRIO EM PROL AO FORTALECIMENTO DO PODER, NO CÍRCULO DE CARLOS V (FRANÇA, 1364-1380)

Maria Izabel B. Morais Oliveira\*  
Universidade de Brasília (UnB)  
[izabarboza@ig.com.br](mailto:izabarboza@ig.com.br)

**RESUMO:** O artigo demonstra o grande empenho de Jean Golein, integrante do círculo de Carlos V, que na França, entre 1364 a 1380, recorre ao milagre régio e às lendas, ou seja, à esfera do sagrado, visando o fortalecimento do poder real.

**ABSTRACT:** The article demonstrates Jean Golein's great pledge, integral of Carlos' V circle, that in France, among 1364 to 1380, it falls back upon the royal miracle and the legends, in other words, to the sphere of the sacred, seeking the invigoration of the real power.

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder real – Milagre régio/lendas – Sagrado – França – Segunda metade do século XIV

**KEYWORDS:** Real power – Royal miracle/legends – Sacred – France – Second half of the century XIV

No círculo de Carlos V o argumento do milagre régio foi usado com maior amplitude. Em 1380, no último ano de seu reinado, Carlos V expediu uma carta em benefício do cabido de Reims. Logo na introdução, ele menciona a lenda da Santa Âmbula e o dom da cura que, em seu entendimento, está diretamente relacionado a ela. Esta foi a primeira vez que um rei cristão “posava explicitamente de taumaturgo”.<sup>1</sup>

---

\* Doutoranda em História Cultural da UnB. A autora tem publicado os seguintes trabalhos:

Resenha: Os intelectuais à prova da interpretação: ações, discursos, linguagem. **Comunicação e Política**. CEBELA: Centro brasileiro de estudos latino-americanos. Rio de Janeiro, v. IX, n. 3, nova série, p. 245-249, set./dez. 2002. Fragmentos desta resenha foram publicados no jornal **Paraná Educação**, em 09 ago. 2002, p. 14.

Artigos: História Intelectual e Teoria Política: confluências. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 60-71; Bossuet: um capítulo da história intelectual. **Temas & Matizes**, (Reinos da História), n. 4, Cascavel-Paraná, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, set./2003. p. 17-25; Louvores aos príncipes. As *Orações Fúnebres* de Bossuet. **Mediações. Revista de Ciências Sociais**. Londrina-PR. v. 9, n. 1/2004. p. 135-146.

<sup>1</sup> Cf. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 117.

Na corte do sábio Carlos V florescia a erudita eloquência de alguns oradores e escritores. Estes elogiam a força do toque insistentemente.<sup>2</sup> Conforme observa Marc Bloch, “Nesse ambiente, a exaltação do poder curativo foi apenas uma de muitas outras manifestações de uma tendência geral; tendência cujo sentimento não é difícil de entender”.<sup>3</sup> Em volta de Carlos V há um grande empenho no sentido de reforçar de todas as formas o prestígio religioso e sobrenatural da dinastia. Foi exatamente nesse período que, na corte francesa, surgiu a idéia de reservar aos reis franceses o título de cristianíssimos, o qual até aquele momento era um título banal. Jamais todas as tradições miraculosas das quais a monarquia das flores-de-lis tinha tanto orgulho ecoaram tão alto. Nesse pequeno universo lealista, do qual a *Librairie* régia era o centro, houve uma dedicação em enriquecer um pouco mais o patrimônio de lendas deixado pelos antepassados. Da parte de Carlos V houve um interesse especial pelas cerimônias da sagração, já que, na opinião popular, eram delas que os reis recebiam a sua marca divina.<sup>4</sup>

Em que consistia a defesa de Jean Golein a respeito da superioridade da consagração e da linhagem sobre a unção? Qual foi a reação da Igreja diante da proclamação do caráter sagrado da realeza por parte dos apologistas reais? Como reagiu a opinião popular perante a disputa entre monarquia e Igreja? Jean Golein recorre ao milagre régio e ao ciclo legendário para argumentar a favor do direito de sucessão em linha masculina. Por que esta questão o incomodava tanto? Qual a finalidade de Jean Golein ao afirmar a superioridade dos reis franceses em relação aos outros reis? Por que durante o reinado de Carlos V, 1364-1380, o esforço no sentido de reforçar os aspectos sagrado e religioso da realeza foi mais intenso que nos outros períodos? Será em torno desta problemática que encaminharemos nossa análise a respeito do grande esforço que o círculo de Carlos V – tomando Jean Golein, em *Traité du sacre*, como seu representante – dedicou buscando aumentar o poder político da realeza francesa.

---

<sup>2</sup> O autor desconhecido do *Songe du vergier* “evoca essa força pela boca de seu cavaleiro, reivindicando contra o sacerdote o caráter divino do poder temporal”. Raoul de Presles que, por ordem de Carlos V, traduz o *Quaestio in utramque partem* para o francês, em seu prefácio da tradução da *Cidade de Deus* de Santo Agostinho, feita também sob a ordem do sábio monarca, fez um elogio magnífico à monarquia francesa; no qual o maravilhoso privilégio desta não é esquecido. Anseau Choquart, em 1367, em um discurso, tenta, em nome de Carlos V, convencer o papa Urbano V a retornar para Roma. E, finalmente, o carmelita Jean Golein, no tratado de sua própria autoria que anexa em sua tradução do *Rationale divinorum officiorum* de Guillaume Durand. Cf. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 117-118.

<sup>3</sup> Ibid., p. 118.

<sup>4</sup> Ibid.

Além de ser um político hábil, Carlos V também era um rei muito devoto. Certas vezes, os elogios indiscretos que seus apologistas faziam a respeito de seu poder miraculoso inspirou-lhe alguns escrúpulos. Dessa forma, o monarca procurou manter seus apologistas limitados por uma saudável ortodoxia. Um texto que, até o início do século XX, permaneceu quase ignorado, é um belo testemunho das inquietudes de Carlos V. Entre o grande número de obras que, por sua própria conta, ele fez traduzir do latim para o francês, encontra-se a obra do bispo de Mende, Guillaume Durand, escrita por volta de 1285, o *Rationale divinatorum officiorum*. Carlos V confiou essa tradução a um dos seus escritores assalariados, o carmelita Jean Golein, em 1372. Ao concluí-la, neste mesmo ano, o carmelita ofereceu-a ao seu monarca. Tal tradução é muito conhecida; chegou até mesmo a ser impressa em 1503, obtendo um considerável sucesso.<sup>5</sup>

Porém, o que não se tem levado em conta é que o trabalho do carmelita não é somente uma tradução. No fim do capítulo em que Guillaume Durand fez uma exposição da unção em um sentido geral, sem tratar particularmente da unção régia, Jean Golein, por veneração ao seu soberano, que em 19 de maio de 1364 foi consagrado rei da França, sentiu-se na obrigação de acrescentar um pequeno tratado, a respeito da consagração dos príncipes, composto por ele para Carlos V. Este pequeno tratado descreve e analisa somente a sagração francesa. Além de uma longa exposição a respeito do sentido do poder simbólico do ritual da consagração de Reims, Jean Golein nos oferece indicações importantíssimas a respeito do direito público da França, sobretudo no que se refere ao fundamento legendário do direito de sucessão em linha masculina, e a respeito da idéia de realeza sagrada e de seu ciclo milagroso, como eram formulados na corte dos Valois.<sup>6</sup> O *Traité du sacre* nos oferece um testemunho de grande valor a respeito das idéias que eram discutidas no seleto círculo de Carlos V.

Jean Golein nasceu em Blaqueville, na Normandia, por volta de 1325. Em Rouen, entrou na ordem das carmelitas, e em 1357 tornou-se o prior do convento das carmelitas na capital da França. Ele foi participante ativo na vida universitária, conforme indica as menções contidas no Cartulário da Universidade de Paris. Em 1362 foi citado pela primeira vez no *Rotulum magistrorum theologie Parisius regentium ad Urbanum V missus: Johanni Goulain, Ord. Fratrum beate Marie de Monte Carmeli*.

<sup>5</sup> Cf. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 119; 303.

<sup>6</sup> Ibid., p. 119-120.

Neste mesmo ano, ele obteve o grau de mestre em teologia. Consta o seu nome em um documento, de 1363, que propõe a criação de um hospital destinado aos parisienses pobres. De 1369 a 1372 ele foi o provincial da ordem das carmelitas da França. Além de teólogo, Jean Golein foi um dos tradutores que trabalharam sob o comando de Carlos V. Jean Golein escreveu algumas obras sobre teologia, porém elas não foram conservadas. Além do *Rationalle*, de Guillaume Durand, Golein traduziu outras obras; entre elas encontra-se *De informacione principum*, de um autor anônimo, que está entre as obras mais importantes do gênero medieval, *espelhos de príncipes*.<sup>7</sup>

Em março de 1378 morreu o papa Gregório XI, o qual foi sucedido por Urbano VI. Em setembro deste ano iniciou-se o Grande Cisma. Insatisfeitos com a eleição de Urbano, os cardeais elegeram um contra-papa, Roberto de Genève, parente de Carlos V. O qual recebeu o nome de Clemente VII. O monarca, a Universidade de Paris e Jean Golein juntaram-se a Clemente, posicionando-se contra Urbano. Jean Golein, por ter sido partidário fervoroso de Clemente, mais tarde, em Avignon, ocupou a posição de nuncio, como também de *chambellan* apostólico. Tornou-se deão da Faculdade de Teologia em 1389. Contra os dominicanos, que contestavam os privilégios da Imaculada Conceição, o carmelita travou uma obstinada perseguição.

Em 1393 Jean Golein posicionou-se contra a *via cessionis*, que significa a renúncia voluntária de dois papas, e, por outro lado, defendeu a *via facti*, quer dizer, a expulsão de Roma do sucessor de Urbano VI, Bonifácio IX. A idéia sustentada por Jean Golein ia contra a da Universidade. Por isso, ele foi expulso, tendo seus graus acadêmicos anulados temporariamente. Em fevereiro de 1394, seu nome foi mencionado entre os professores de teologia. Nesta data Jean Golein apareceu no Cartulário pela última vez. Em 1401 ou 1402 ele traduziu o apêndice da *Legende dorée*, *Intitulacions des festes nouvelles*, assim como a obra de Vincente de Beauvais *De eruditione filiorum nobilium*. Jean Golein faleceu em 1403.

Em seu *Traité du sacre*, especialmente na parte em que se refere ao poder curativo, Jean Golein posiciona-se claramente como o porta-voz de Carlos V. Esse tratado revela-se como a própria expressão do pensamento político do “sábio e piedoso”

---

<sup>7</sup> Jean Golein traduziu quatro obras de Bernard Gui, a saber: **Flores Chonicorum**, uma compilação sobre a história dos papas; **Opuscules historiques**, em 1368, e **Arbor Genealogica**, em 1369; **Collations de Cassien**, em 1370; o **Rationale divinorum officiorum** de Guillaume Durand, em 1372; **De informacione principum** de um autor desconhecido, em 1379; **Chroniques d’Espagne ou de Burgos**, em data desconhecida.

monarca.<sup>8</sup> Em seu prefácio para a *Cidade de Deus*, Raoul de Presles escrevera, dirigindo-se a Carlos V: “Vos tendes tal virtude e poder (o qual vos é dado e atribuído por Deus) que fazeis milagres em vossa vida”. Tal expressão estava de acordo com o uso corrente. Porém, parece que ela chocou o piedoso monarca. O que levou Jean Golein a dizer que coisas semelhantes não podiam ser faladas sem que Carlos V desse seu consentimento.<sup>9</sup> Assim, Jean Golein repete insistentemente que seu monarca “não quer que o façamos nem santo nem fautor de milagres”, pois segundo o carmelita, só Deus é capaz de realizar milagres.<sup>10</sup>

Mas a humildade do príncipe e daquele que saiu como o intérprete autorizado de seu pensamento tinha seus limites. Jean Golein, zelosamente lembra que tanto os santos quanto os reis taumaturgos só realizavam prodígios porque a virtude divina, a graça, agia neles; e que as pessoas que diziam que santos e reis faziam milagres e curavam doenças eram mal informadas nos termos da teologia.<sup>11</sup> Ao estabelecer uma comparação entre os reis e santos, Jean Golein já satisfazia o orgulho monárquico. Dessa forma, o rei e os eruditos que o cercavam buscavam conciliar o zelo da ortodoxia com o desejo de que o *status* régio fosse valorizado conforme a razão o queria.<sup>12</sup> A comparação com os santos ocorre porque, na concepção dos franceses medievais, os santos tinham o poder de curar, e os reis por terem um caráter de santidade, por conseguinte, estavam aptos a curar também.<sup>13</sup>

---

<sup>8</sup> Cf. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 303. Segundo Marc Bloch, é certo que Jean Golein concluiu esse tratado antes de 1372. O **Traité du sacre** foi concebido para Carlos V; sua última folha traz o autógrafo deste monarca, de 1374. Nesse manuscrito há algo curioso. Apenas no trecho em que ele trata da sagração, há várias notas escritas em sua margem, com uma caligrafia muito bonita, característica daquela época. Tal caligrafia não é a do copista. Da mesma forma essas correções não foram feitas por Jean Golein, já que em um trecho elas contradizem as informações contidas no próprio texto. Sem dúvida, essas correções são feitas por um leitor atencioso. Esse leitor seria Carlos V? BLOCH, p. 303-304.

<sup>9</sup> Ibid., p. 120.

<sup>10</sup> Cf. GOLEIN, Jean. **Traité du sacre**, f. 53-54. In: BLOCH, op. cit., p. 307. (O **Traité du sacre**, de Jean Golein, trata-se de um pequeno tratado que, hoje, encontra-se conservado na *Bibliothèque Nationale*, no original, em forma de manuscrito, sob o n. 437 do *fonds français* desta biblioteca. O **Traité du sacre** foi publicado somente em 1924, no *Apêndice 4*, p.303-308, da obra clássica de Marc Bloch, **Os reis taumaturgos**. Marc Bloch publicou somente a parte em que Golein fala sobre a sagração, os f. 43v a 55v do manuscrito).

<sup>11</sup> Cf. GOLEIN, op. cit., f. 54. In: BLOCH, op. cit., p. 308.

<sup>12</sup> Cf. BLOCH, op. cit., p. 120.

<sup>13</sup> A respeito da relação entre rei e santo ver: HOUX, Jean-Paul. **Le roi. Mythes et symboles**. Paris: Fayard, 1997, p. 93-94; 273; KANTOROWICZ, Ernst H. *Mystère de l'Etat. Um concept absolutiste et ses origines médiévales (bas Moyen Age)*. In: \_\_\_\_\_. **Mourir pour la patrie et autres textes**. Paris: Presses Universitaires de France. (Apresentado por Pierre Legendre), p. 77-86; KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei: um estudo de teologia política medieval**. Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 87-90; 157-158; GUÉRY, Alain. *Le roi est Dieu. Le roi et Dieu*. In: BULST, Neithard;



Jean Golein, em *Traité du sacre*, chama a atenção para a superioridade da linhagem e da consagração sobre a unção. Segundo este autor, “não digo que o rei tem tal caráter”, a taumaturgia, “por causa da unção, pois ele tem tal dignidade por causa da consagração e da linhagem sagrada, com a qual Nosso Senhor quis dar-lhe a virtude contra aquela feia doença das alporcas”.<sup>14</sup>

Na segunda metade do século XIV, um publicista anônimo do círculo de Carlos V, rigoroso defensor da monarquia, compôs o *Songe du Vergier*, a fim de contestar a idéia defendida pela Igreja, segundo a qual o poder miraculoso dos reis originava-se da unção. Os lealistas sinceros deixaram de aceitar que a unção tivesse um poder criativo tanto em matéria de milagre quanto em matéria de política. Na concepção dos lealistas genuínos, a Igreja devia limitar-se a confirmar o caráter sobre-humano do qual a pessoa do rei era dotada. Aliás, esta era uma verdade histórica: antes mesmo de ser reconhecido pela Igreja, o conceito da realeza santa já habitava nas consciências dos povos medievais.<sup>15</sup> A defesa da superioridade da consagração e da linhagem sobre a unção, feita por Jean Golein, expressa a luta da monarquia contra o desejo da Igreja em sobrepor-se a ela. Os representantes da Igreja afirmavam que, como os reis recebiam a unção das mãos dos bispos, conseqüentemente, o poder temporal devia submeter-se ao espiritual.

A Igreja sempre se mostrou zelosa pelo domínio do sagrado; lembrando sempre que o rei apenas passava a fazer parte dessa esfera após a sua sagração, por

---

DESCIMON, Robert; GUERREAU, Alain. (Orgs.). **L'État ou le Roi: Les fundations de la modernité monarchique en France (XIV-XVII siècles)**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991, p. 27-28; 31-32; BARBEY, Jean. **Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI**. Paris: Fayard, 1992, p. 187-190; JACKSON, Richard A. **Vivat rex. Histoire des sacres et couronnements en France**. Paris: Diffusion Éditions Ophrys. s.d. p. 9; 39; 87-106; LE GOFF, Jacques. Aspects religieux et sacrés de la monarchie française du X au XIII siècle. In: BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Cláudio-Sergio. **La royauté sacrée dans le monde chrétien**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992, p. 20; LECOQ, Anne-Marie. La symbolique de l'État: Les images de la monarchie des premiers Valois à Louis XIV. In: NORA, Pierre. (Org.). **Les lieux de mémoire. II La nation**. Paris: Gallimard, 1989, p. 157-172.

<sup>14</sup> GOLEIN, Jean. **Traité du sacre**, f. 53. In: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 307. A expressão alporcas trata-se do nome popular dado à palavra escrófulas. Cf. BLOCH, op. cit., p. 51. Segundo Houx, “Dizia-se na França, ‘tocar as escrófulas’ [uma espécie de adenite tuberculose]. Tocar: era por meio de suas mãos impostas sobre o doente, por meio de suas mãos que traçavam uma cruz sobre o paciente, quando ele suplicava, por meio de ‘suas mãos, dizia Shakespeare, as quais o céu havia dado tão grande sacralidade’, que o rei curava, isto é, em repetir os gestos do Cristo curador, e o sinal da cruz o lembrava. Ninguém se enganava nisso, e o rei o proclamava. Ele devia ter recebido a unção da sagração, ter se confessado, ‘estar limpo de consciência e de mãos’, e ele dizia: ‘O rei te toca, que Deus te cure’”. Na concepção dos franceses do *Ancien Régime*, a cura não vinha do rei, mas de Deus. HOUX, op. cit., p. 280.

<sup>15</sup> Cf. BLOCH, op. cit., p.168-169.

meio, é claro, da intermediação sacerdotal. Isto para limitar o poder real. Contudo, apesar de todas as limitações que a Igreja buscava impor, essas restrições não conseguiram impedir que o rei fosse considerado por todos como uma pessoa sagrada em toda a sua plenitude. Conforme observa Jacques Revel, em *La royauté sacrée. Éléments pour un débat*, não podemos negligenciar essas limitações. No entanto, “de forma alguma elas põem em dúvida, aos olhos de Le Goff, a existência de uma sacralidade real plena, que sabe articular elementos relativamente heterogêneos que a compõem” e que no reinado de Luís IX floresceu excepcionalmente.<sup>16</sup>

Como as pessoas comuns se comportavam diante das duas doutrinas opostas originárias da querela entre Igreja e monarquia? Essas doutrinas requintadas nunca incomodaram a opinião comum. Como na época de Pierre Blois, ela continuou a fazer, de forma meio vaga, “uma ligação de causa e efeito entre o ‘sacramento’ do crisma e os gestos curativos realizados por aqueles a quem ele fora concedido”.<sup>17</sup> De fato, no medievo, o poder curativo dos reis está vinculado à unção. Na opinião popular era daí que vinha o poder milagroso dos reis da França. Em *Aspects religieux et sacrées de la monarchie française du X au XIII siècle*, Le Goff sustenta que, “o sagrado está ligado à unção”.<sup>18</sup> Isto explica, então, o grande interesse que o círculo de Carlos V depositou nas cerimônias da sagração.

Na França, em especial, as pessoas não poderiam deixar de conceder ao bálsamo de origem celeste, preservado na catedral de Reims, o poder de produzir milagres. Como testemunha, entre outros, o diploma de Carlos V, essa força foi fluentemente atribuída ao bálsamo celeste de Reims. Jean Golein expressa claramente uma doutrina elaborada pelos monarquistas moderados de seu tempo. Segundo a qual, “a unção é necessária a que o rei possa curar, mas não é suficiente; falta ainda que ela atue sobre uma pessoa apta, ou seja, sobre um monarca de legítimo sangue régio”.<sup>19</sup> Como salienta Jean Golein, na França,

---

<sup>16</sup> Cf. REVEL, Jacques. *La royauté sacrée. Éléments pour un débat*. In: BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Cláudio-Sergio. **La royauté sacrée dans le monde chrétien**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992, p. 10.

<sup>17</sup> BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.168-169.

<sup>18</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. *Aspects religieux et sacrées de la monarchie française du X au XIII siècle*. In: BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Cláudio-Sergio. **La royauté sacrée dans le monde chrétien**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992, p. 20.

<sup>19</sup> GOLEIN, Jean. **Traité du sacre**, f. 53-54. In: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 307-308.

... quando o rei é ungido e consagrado, assim como os ungidos com o óleo que flui dos membros de s. Nicolau são curados, assim também os atacados da doença das alporcas, se tocados pela mão do rei ungido com aquela âmbula, ficam imediatamente curados e sãos. Se alguém que não seja rei verdadeiro e que haja sido indevidamente ungido ousar tocar os doentes, sem demora ele provocará o mal de s. Remígio, assim como em outrora essa moléstia se manifestou.<sup>20</sup>

Pois, em dia de cólera e justiça, s. Remígio atacou o usurpador com seu mal, a peste, ao mesmo tempo vingou a honra da Santa Âmbula, que lhe era caríssima, como também o direito dinástico que foi violado odiosamente.<sup>21</sup>

Conforme constata Marc Bloch, a forma dessa legenda “denuncia a intervenção de um pensamento mais popular que erudito: os juristas não têm o hábito de inventar historietas similares”.<sup>22</sup> A opinião comum não se sensibilizava com as antíteses que entusiasmavam os teóricos. Para o público, os reis precisavam preencher duas condições para serem verdadeiramente considerados como reis e taumaturgos. Tais condições eram persistentemente denominadas por Jean Golein: “a consagração e a linhagem sagrada”. Isto se explica pelo fato de, na Idade Média, os povos, por trazerem consigo a herança das tradições cristãs, como também as velhas idéias do paganismo, juntavam em um mesmo objeto de adoração os ritos religiosos que elevavam o rei ao trono e as prerrogativas da linhagem.<sup>23</sup>

Foi desenvolvido em volta da realeza francesa toda uma série de lendas que instituíram uma relação direta entre as forças divinas e o nascimento dessa realeza. Primeiramente, vem a legenda da Santa Âmbula. A mais antiga e, por sua vez, a mais célebre. Tal legenda nos foi apresentada pela primeira vez por Hincmar de Reims, em 869. Logo em seguida, a legenda difundiu-se ligeiramente na literatura e enraizou-se nas consciências.<sup>24</sup> A legenda consistia na origem celeste do bálsamo. Como veremos mais adiante, Jean Golein enfatiza o incomparável privilégio dos reis franceses, pelo fato de serem eles os únicos ungidos com o bálsamo enviado por Deus.

À constelação de lendas, o século XIV contribuiu imensamente acrescentando-lhe duas estrelas. Na metade desse século, surgem as tradições referentes

---

<sup>20</sup> GOLEIN, Jean. **Traité du sacre**, f. 46. In: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 305.

<sup>21</sup> Ibid., p. 169.

<sup>22</sup> BLOCH, op. cit., p. 169.

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> Ibid., p.170-171.



à criação das flores-de-lis. A partir de aproximadamente 1350 houve uma manifestação clara dessa nova legenda; rapidamente ela se espalhou pelo mundo. A quem coube a honra por ter propagado a narrativa sobre a legenda das flores-de-lis? Coube ao círculo de Carlos V, o qual saiu persistentemente em busca de tudo aquilo que pudesse consolidar o prestígio sobrenatural da realeza francesa.<sup>25</sup> Em seguida à sua explicação sobre as vestimentas régias, por sua vez, enfeitadas com flores-de-lis, Jean Golein fala sobre a origem sagrada dessa legenda. Como salienta o carmelita, “Eis por que traz todos esses paramentos o abade de Sain-Denis: porque s. Denis deu aos reis da França as armas de flores-de-lis”.<sup>26</sup> Mais adiante, Jean Golein recorda a origem celeste deste estandarte régio. Segundo ele, a bandeira das flores-de-lis foi dada “pelo santo eremita de Joyenval”.<sup>27</sup> A legenda das flores-de-lis que, em torno de 1400 ganhou a sua forma definitiva, “tornou-se um dos florões do ciclo monárquico”.<sup>28</sup> Logo, passou-se a associar a história das flores-de-lis com a da Santa Âmbula.<sup>29</sup>

Após o escudo adornado com as flores-de-lis, que se tornou o brasão da dinastia francesa, uma outra legenda entra em cena: a auriflama. Dentre os estandartes régios, este era o mais ilustre. Sempre que entravam em guerra, os capetíngios iam a Sain-Denis buscar essa bandeira de cendal vermelho. Ela não tinha nada de misterioso em seu passado. No entanto, o círculo de Carlos V, destacando-se Jean Golein e Raoul de Presles, incubiu-se de dar-lhe uma origem sobrenatural.<sup>30</sup> Jean Golein lembra que esse estandarte também é de origem celestial. De acordo com o carmelita, a auriflama foi dada aos franceses “pela revelação de anjos numa maravilhosa visão e clara aparição e por nobre vitória aprovada e demonstrada”.<sup>31</sup> Conforme nos chama a atenção Marc Bloch, “À Santa Âmbula, às flores-de-lis trazidas do céu, e à auriflama também de origem celeste; acrescentemos o dom de curar e teremos, então, o conjunto maravilhoso

---

<sup>25</sup> Cf. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 173-174.

<sup>26</sup> GOLEIN, Jean. **Traité du sacre**, f. 47. In: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 305.

<sup>27</sup> GOLEIN, op. cit., f. 52. In: BLOCH, op. cit., p. 306.

<sup>28</sup> BLOCH, op. cit., p.174.

<sup>29</sup> Cf. Ibid., p. 175. Para uma maior compreensão da legenda das flores-de-lis ver: HOUX, Jean-Paul. **Le roi. Mythes et symboles**. Paris: Fayard, 1997, p. 250; BARBEY, Jean. **Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI**. Paris: Fayard, 1992, p. 195-196.

<sup>30</sup> Cf. BLOCH, op. cit., p.174. No que se refere à esta legenda ver HOUX, op. cit., p. 250; BARBEY, op. cit., p. 194-195.

<sup>31</sup> GOLEIN, op. cit., f. 52. In: BLOCH, op. cit., p. 306.

que os apologistas da realeza capetúgia deviam dali em diante oferecer, sem trégua, à admiração da Europa”.<sup>32</sup>

O que significa todo esse empenho de Jean Golein, e de todos os componentes do círculo de Carlos V, em estar enriquecendo ainda mais o ciclo legendário? Pode parecer estranho, mas Jean Golein estabelece uma relação direta entre o toque régio e as lendas com o direito de sucessão hereditária em linha masculina, um tema extremamente defendido por ele. O carmelita lembra da regra de sucessão ao trono da França estabelecida por Carlos Magno. De acordo com Jean Golein, “Com essa dignidade, o imperador Carlos Magno, ante o conselho da Igreja e os reis cristãos [...] Com o papa, instituíram que [...] o reino da França continuaria sendo dos reis da França descendentes da santa e sagrada linhagem por herdeiro masculino, a fim de que essa bênção continuasse em transfusão de um a outro”.<sup>33</sup> É impressionante a forma como Jean Golein utiliza-se do milagre régio e do ciclo legendário, para argumentar a favor do direito sucessório em linha masculina. Conforme argumenta este autor,

Jamais uma mulher recebeu nem a ordem sacerdotal nem a unção régia, e jamais uma mulher foi encarregada de curar a citada doença. Por isso, manifesta-se que mulheres não podem nem devem herdar na França, o que seria um erro para o reino. Pois por via da sucessão carnal o primeiro rei ungido dispôs que a unção da Santa Âmbula não pertence a mulher. *Ergo* não pertence a mulher por sucessão ou por eleição, pois Carlos Magno [...] ordenou com a Igreja [...] que o reino da França fosse mantido por sucessão de herdeiro masculino o mais próximo da linhagem, pois todo homem razoável pode concluir que a mulher não pertence a dignidade de tal unção receber e de tais armas governar; pois isso, à semelhança da Santíssima Trindade, parece mais ordenação divina que humana; pois, pela insígnia das flores-de-lis [que é a insígnia régia soberana] pode ser entendido o Pai que tem toda a soberania [...]; assim, podem-se comparar as três flores-de-lis à soberana soberania; das quais ainda que tudo permaneça, elas separam-se misteriosamente na unção, que significa o Espírito Santo; também sob a forma de pomba ele quis trazer a citada âmbula, e assim apareceu no batismo de Jesus Cristo [...]; a auriflama vermelha significa o filho sob a forma humana, erguido na cruz tingida com seu

<sup>32</sup> BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 175. A respeito da importância das lendas para o fortalecimento da dinastia francesa ver: SIMON, Patrick. **Le mythe royal**. Paris: Diffusion aux Amateurs de Livres, 1987, p. 114-123. No que se refere à taumaturgia ver: HOUX, Jean-Paul. **Le roi. Mythes et symboles**. Paris: Fayard, 1997, p. 279-281; LE GOFF, Jacques. Aspects religieux et sacrés de la monarchie française du X au XIII siècle. In: BOUREAU, Alain; INGERFLOM, Cláudio-Sergio. **La royauté sacrée dans le monde chrétien**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992, p. 20; 22; BARBEY, Jean. **Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI**. Paris: Fayard, 1992, p. 201-202.

<sup>33</sup> GOLEIN, Jean. **Traité du sacre**, f. 44. In: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 304.

precioso sangue e pintada de vermelho. Do que fica assaz evidente que essa dignidade pertence melhor a homem do que a mulher...<sup>34</sup>

O milagre régio e as lendas serviam também para proclamar em alta voz a superioridade dos reis franceses em relação aos demais reis de toda a Europa. Conforme observa Jean Golein, “o estado régio da França é de grande dignidade, pois o rei é ungido com a santa unção trazida do Céu, mediante a qual [...] ele cura da prodigiosa doença que se chama alporcas; [...] por causa do digno estado régio ele tem essa prerrogativa sobre todos os outros reis, sejam eles quais forem”.<sup>35</sup> Ao tratar da sagração de seu venerado Carlos V, Jean Golein enfatiza a importância da sagração e a superioridade dos reis franceses:

... esse nosso Carlos V, à maneira de seus predecessores, foi coroado e consagrado em Reims não com o óleo ou bálsamo preparado por mão de bispo ou de boticário, mas com o santo líquido celestial da Santa Âmbula, o qual está conservado e guardado em Saint-Rémi de Reims e foi trazido do céu pela mão dos anjos, para que os nobres e dignos reis da França fossem mais nobremente e mais santamente ungidos do que os reis da velha e da nova lei jamais o foram. Por isso, o rei da França é chamado o mais nobre, o cristianíssimo, defensor da fé e da Igreja, e não reconhece estar nenhum soberano temporal acima dele.<sup>36</sup>

A crença na idéia de superioridade dos reis franceses, defendida por Jean Golein, era alimentada por seus contemporâneos. Isto ocorre devido à crença de que somente o rei da França era ungido, em sua sagração, pelo óleo santo, misturado ao bálsamo de uma Santa Ampola, trazida do céu por uma pomba branca, o Espírito Santo.<sup>37</sup> No tempo em que todo o ciclo monárquico era constituído somente pela Santa Âmbula, esta era anunciada pela dinastia francesa com grande estardalhaço. Em princípios do século XIII, um rei francês orgulhava-se pelo fato de, entre todos os reis da terra, ser o único “a brilhar com o glorioso privilégio de receber a unção com um óleo enviado do céu”.<sup>38</sup>

Tal crença era tão disseminada que despertava o ciúme nos estrangeiros. Como percebe Jean-Paul Houx, em *Le roi. Mythes et symboles*, “o incontestável privilégio francês era insuportável aos outros povos”, pois “eles não dispunham do bálsamo

<sup>34</sup> GOLEIN, Jean. *Traité du sacre*, f. 54. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 307-308.

<sup>35</sup> GOLEIN, op. cit., f. 53. In: BLOCH, op. cit., p. 307.

<sup>36</sup> GOLEIN, op. cit., f. 43. In: BLOCH, op. cit., p. 304.

<sup>37</sup> Cf. HOUX, Jean-Paul. *Le roi. Mythes et symboles*. Paris: Fayard, 1997, p. 253; 257-258.

<sup>38</sup> BLOCH, op. cit., p. 175-176.

trazido pelo pássaro divino...”.<sup>39</sup> Quando na Inglaterra, Matthew Paris “não hesitava em reconhecer uma espécie de supremacia dos soberanos franceses, fundamentada nessa origem divina de seu poder”, os Plantagenet, que em tudo eram rivais dos reis capetíngios, ficaram enciumados ao ouvir essas afirmações da boca de seus próprios súditos. Por isso, os Planagenet saíram em busca de um bálsamo maravilhoso. Infelizmente, para os ingleses, o óleo de s. Tomás Becket foi apenas uma imitação medíocre da Santa Âmbula.<sup>40</sup>

Por volta do século XII os reis franceses passaram a se considerar superiores aos outros reis. Com isso se recusavam a prestar homenagem aos imperadores que os julgavam como seus subordinados. A partir deste período os reis franceses compreenderam que somente Deus estava acima deles; sendo assim, passaram a prestar homenagem somente a Ele. De acordo com Houx, desde o século XII “os reis da França têm consciência de sua altíssima dignidade...”.<sup>41</sup> Fato importante é que tal idéia estava bem impregnada no imaginário dos franceses da segunda metade do século XIV. Isto porque “a idéia de que o rei da França é de uma essência superior não pára de se desenvolver”.<sup>42</sup> De fato, essa idéia que surgiu por volta do século XII persistirá ao final da Idade Média, como também ao *Ancien Règime*.

No século XIV, a luta dos escritores franceses duplicara-se: além do papado, os imperadores também alimentavam pretensões ao império universal. Nesse momento, o orgulho nacional dos escritores franceses levava-os a proclamar insistentemente a independência da França perante o império. Devemos acrescentar ainda um aspecto de grande relevância, que inquietava o círculo de Carlos V: em 1340, o rei inglês Eduardo III, reivindicou o reino da França, e como tal tinha o direito de exercer o seu poder prodigioso neste solo. O fato de um estrangeiro, sobretudo um inglês, ter reivindicado o trono francês, era algo que intrigava os nacionalistas mais empedernidos, perturbava os leais defensores da dinastia francesa. Este episódio fazia-se tão presente na memória dos franceses que, três décadas após, Jean Golein, no trecho de seu tratado destinado a defender a sucessão em linha masculina, afirma que “o rei da Inglaterra, Eduardo [o qual sustentou por longo tempo aquele erro, dizendo que por causa de sua mãe tinha algum direito ao trono da França], não estava bem informado sobre o seu feito; ou, se

<sup>39</sup> HOUX, Jean-Paul. **Le roi. Mythes et symboles**. Paris: Fayard, 1997, p. 257.

<sup>40</sup> Cf. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 175-176; 179.

<sup>41</sup> HOUX, op. cit., p. 252.

<sup>42</sup> Ibid., p. 253.

ele o estava, a cobiça iludiu-o, e seu pecado [que o põe e o porá sob o julgamento de Deus] negou-a”.<sup>43</sup>

Neste sentido, o milagre régio e as legendas eram utilizados para demonstrar a superioridade dos reis franceses perante aos ingleses, ao papa e ao imperador. Afinal, poderia haver armas mais poderosas que essas para atingir seus adversários? Não eram o toque régio e as legendas o que davam concretude à imagem de personagens sagradas aos reis franceses?

O patrimônio legendário da monarquia francesa sempre foi muito rico em relação aos outros países. Adquiriu brilho e renome dentro e fora da França. Aí, tais tradições produziram uma atmosfera de intensa veneração em torno da dinastia. Acrescentemos a isso a fama de extraordinária religiosidade que, a partir de Luís VII, principalmente a partir do reinado de s. Luís e seus imediatos sucessores, vinculou-se ao nome capetíngio. Sobretudo a partir do século XIII, a dinastia capetíngia, mais que qualquer outra, passou a ser reconhecida hereditariamente santa. Na segunda metade do século XIV, Jean Golein faz questão de bradar em alta voz que o seu soberano descende de uma linhagem santa e sagrada. Na França, o caráter de santidade atribuído aos reis, apoiado pelas legendas, destacando-se a Santa Âmbula, deu um valor quase religioso ao lealismo dinástico.<sup>44</sup>

Todas as histórias religiosas a respeito da origem sagrada das legendas, que construíram um passado tão brilhante à monarquia capetíngia, não obstante serem em grande parte por preocupações interesseiras, alcançaram imenso sucesso popular, causaram emoções nas multidões, como também levaram os homens a agir. Sem dúvida, houve uma espécie de colaboração do artificial com o espontâneo, a qual não deve causar espanto ao historiador dos ritos curativos.<sup>45</sup>

As sociedades “primitivas” já reconheciam o caráter sagrado da realeza. Os primeiros reis franceses já percebiam a importância que este elemento atribuía à aceitação de seu poder. Aliás, foi com este objetivo que, no século VIII, Pepino recorreu à unção régia para tornar oficial o caráter sagrado da realeza. Na transição do século X para o XI, quando Roberto II, o Pio, recorreu ao rito curativo, objetivando fortalecer a lealdade dinástica, as pessoas somente o aceitaram como capaz de curar as

<sup>43</sup> GOLEIN, Jean. **Traité du sacre**, f. 54. In: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 308.

<sup>44</sup> Cf. BLOCH, op. cit., p. 179.

<sup>45</sup> Cf. Ibid., p. 180.

enfermidades porque desde há muito tempo consideravam os reis como pessoas sagradas. Pois, para os medievais os reis eram pessoas sagradas e, conseqüentemente, taumaturgos.

Desde o início em que os reis começaram a ser ungidos como os bispos a Igreja percebeu a ameaça que isso representava e passou a negar o caráter sagrado da realeza. Tanto é que, devido ao movimento gregoriano no final do século XI e à sua influência que se estendeu aos dois séculos seguintes, salvo duas únicas exceções, Guibert de Nogent na França e Pierre de Blois na Inglaterra, todos os escritores, teólogos ou não, deixaram de mencionar o toque régio em seus escritos. Foram aproximadamente dois séculos de silêncio quase absoluto sobre este assunto. Porém, no início do século XIV, o círculo de Filipe, o Belo, elogiava audaciosamente o aspecto sagrado da realeza. A partir desse momento os autores franceses mencionavam o milagre do toque em suas obras sem receio. Mas foi na segunda metade deste século, no círculo de Carlos V, que o argumento do toque, como também o ciclo legendário, foram proclamados com maior audácia ainda, aos quatro cantos do reino e além dele. O fato é que, a monarquia aproveitou-se da crise no interior da Igreja, que se tornava cada vez mais aguda, para se fortalecer ainda mais, e, portanto, dominá-la.

Tais representações enfrentaram poderosos inimigos: os gregorianos e os rivais desses. Não obstante, elas triunfaram mesmo diante de todas as hostilidades desses temíveis inimigos. Os povos medievais nunca aceitaram que os seus reis fossem simples leigos. Dessa forma, os reformadores não obtiveram êxito ao lutar contra o conceito de realeza sagrada, devido a ele estar arraigado nos espíritos. “A longa popularidade dos ritos curativos deve ser considerada o efeito e a prova do insucesso dos reformadores”.<sup>46</sup>

O zelo de Carlos V e de seu círculo por tudo o que estava relacionado à realeza sagrada tinha fundamentos. Precisamos levar em conta que essas preocupações faziam parte do modo de ser de Carlos V. Por ser imensamente religioso, como também impregnado da grandeza de sua dignidade, ele procurou evidenciar o caráter religioso dos reis franceses. Além disso, sua inteligência direcionada às especulações teológicas, levava-o a prezar “as teorias místicas e simbólicas da realeza e da sagração”, as quais os homens de letras estavam preparados para lhe apresentar.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 188.

<sup>47</sup> Cf. *Ibid.*, p. 118.



Contudo, seria simplista de nossa parte achar que toda a agitação que os escritores a soldo real criavam com base no maravilhoso monárquico seria apenas para bajular os desinteressados gostos de Carlos V. Há um fenômeno que se repete freqüentemente no decorrer da história das dinastias francesas. Estas, ao saírem das duras crises que por muitas vezes as desestruturavam, no instante em que precisavam reparar os prejuízos que esses abalos causavam à popularidade da realeza, o elemento que oferecia à propaganda lealista seus temas preferidos, quase sempre era o ciclo da realeza sagrada, principalmente o poder taumatúrgico. Como um bom exemplo temos Henrique IV no final do século XVI. Esse monarca, ao sair das guerras de religiões que abalaram a França, em busca de legitimidade não recorreu a este mesmo meio?<sup>48</sup>

Recordemos que na segunda metade do século XIV a monarquia francesa atravessou um momento de crise intensa: “a rivalidade entre os Valois e os Plantagenet, a invasão estrangeira, as desordens políticas e sociais de todos os tipos”.<sup>49</sup> No reinado de Carlos V, a França estava saindo de uma grave crise, desencadeada pela batalha de *Portiers*. Nesta batalha, em setembro de 1356, os franceses foram derrotados. O pai de Carlos V, João II, o Bom, foi capturado pelos inimigos ingleses. Os riscos que a dinastia dos Valois e a própria monarquia correram nesse período são pouco considerados pelos historiadores. No entanto, o perigo foi imenso. Um número considerável de homens inteligentes empenhou-se em fazer com que o governo ficasse submetido a um controle da nação. Coisa ainda pior foi o movimento de ódio e indignação de grande parte do povo contra a nobreza. Houve a participação até mesmo da alta burguesia.<sup>50</sup>

Durante o período em que João II, o Bom, permaneceu em cativo, Carlos, o delfim, aquele que mais tarde tornou-se Carlos V, assumiu a regência. Reprimiu duramente a revolta liderada por Etienne Marcel, a *Jacquerie*, e assinou o tratado de Brétigny com os ingleses. O francês Etienne Marcel, no período que se estende de 1355 a 1357, representou um papel de destaque junto aos Estados Gerais. Perante a oposição do delfim, em 1358 Etienne Marcel organizou a primeira jornada revolucionária parisiense. Juntamente com seus partidários, invadiu o palácio real e forçou o delfim a restaurar a ordenança do ano anterior que previa o controle dos subsídios pelos Estados Gerais, um conselho adjunto ao delfim. Etienne Marcel tornou-se então o senhor de

---

<sup>48</sup> Cf. BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 118-119.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 104.

<sup>50</sup> Cf. *Ibid.*, p. 119.

Paris, e empenhou-se ao máximo para que a província aderisse a sua causa. No entanto, Carlos conseguiu escapar e sitiou Paris. Etienne Marcel era aliado de Carlos II, o Mau. No mesmo ano dessa revolta ele foi assassinado por um partidário fiel do delfim, Jean Maillard. Graças a Du Guesclin, Carlos tornou-se rei da França em 1364, pondo um ponto final à luta contra Carlos II, o Mau, rei de Navarra. Contra os ingleses, Carlos V lutou energicamente, reprimindo a maioria das suas possessões.

Por um instante, a monarquia dava mostras de ter entrado em descrédito ao ver uma casta com a qual o poder real identificava-se, por ter uma causa em comum, ser golpeada rudemente. Esses poucos anos tão trágicos, em que a força dos sentimentos agitava os espíritos, estão contidas nas três cartas escritas por Etienne Marcel. Apesar dos Valois terem vencido essa turbulência, a recordação desses fatos se fazia latente na memória de Carlos V; o que fez com que ele buscasse fortalecer de todas as formas o poder da monarquia sobre os espíritos. Neste sentido, desde muito cedo, esse príncipe soube valorizar o poder da opinião pública e jamais descuidou da arma do milagre régio.<sup>51</sup>

Na França, os primeiros publicistas que criaram o argumento do milagre foram audaciosos. Seus sucessores apenas colheram esse argumento de suas mãos. De fato, o círculo de Carlos V seguiu o estímulo dado primeiramente pelo círculo de Filipe, o Belo, no início do século XIV. A partir daí, as curas milagrosas passaram a ser parte obrigatória de qualquer elogio que se fizesse aos reis da França.<sup>52</sup>

Era comum os reis recorrerem às esferas sagrada e religiosa sempre que sentiam a necessidade de dar brilho à monarquia para aumentar o seu poder. Foi assim com Pepino, em 751, quando este recorreu à unção régia; como também com Roberto II, o Pio, no momento em que lançou mão do rito curativo. Dessa forma, é perfeitamente compreensível que mais tarde, o círculo de Carlos V, em especial Jean Golein que se posicionou como um fiel escudeiro de seu venerado monarca, tenha recorrido ao toque régio e às lendas visando a supremacia da monarquia francesa perante os seus súditos, à Igreja, ao Império e aos ingleses.

Desde o início do toque, com Roberto II, o Pio, por volta do ano 1000, percebe-se o envolvimento de interesses políticos por parte da monarquia francesa. Há as políticas com relação à Igreja, em seu respectivo reino, e frente ao reino inglês. A

---

<sup>51</sup> Cf. BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 119.

<sup>52</sup> Cf. Ibid., p. 117; 120.

conquista de um poder miraculoso na França caminhava lado a lado com o desejo de afirmação do poder monárquico frente aos poderosos senhores feudais. Diferentemente do poder que o rei possuía na hierarquia feudal, a partir do toque régio, ele adquiriu um poder dominante. Neste sentido, o toque régio servia como um instrumento dinástico. No plano externo, na luta por prestígio entre a monarquia francesa contra a inglesa, particularmente entre os capetíngios com os Plantagenet, o toque régio representou o lance inicial. Na rivalidade e concorrência dos franceses com os ingleses na Idade Média, o milagre régio foi altamente reivindicado. Aliás, ele foi o objeto como também os sinais dessa disputa.<sup>53</sup>

O conceito de realeza sagrada e maravilhosa sobreviveu por toda a Idade Média sem jamais perder a sua força. Ao contrário, o rito curativo, o ciclo legendário e as crenças erudito-populares, que se constituíam em um tesouro responsável por uma parte significativa da força moral da monarquia francesa, não parou de crescer. Todo esse enriquecimento não contradiz o que a história política nos ensina, pelo contrário, ele caminha de mãos dadas com os progressos materiais da dinastia francesa. Dessa forma, como observa Marc Bloch, “a eclosão de novas lendas monárquicas no reinado de Carlos V não tem nada que fira as idéias comumente recebidas; graças a inúmeros outros sintomas, sabemos muito bem que” nesse momento “a idéia régia era muito poderosa”.<sup>54</sup>

Em *Os reis taumaturgos*, Marc Bloch nos dá a receita de como fazer uma nova história política; na verdade, *uma antropologia política histórica*. Marc Bloch deixou-nos alguns dossiês em que neles as teorias a respeito da origem do poder real parecem suceder-se no tempo em vez de se combaterem. No decorrer de todas essas divergentes teorias há um fio condutor das ‘coisas profundas’, qual seja, “a busca de uma história total do poder, em todas as suas formas e com todos os seus instrumentos”. Nesta história, o poder não pode ser tomado sem se levar em conta suas bases rituais, suas imagens e suas representações. É uma história do poder em que se privilegia as dimensões do simbólico.<sup>55</sup> De acordo com Le Goff, “atrevo-me a dizer que, para

---

<sup>53</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 21.

<sup>54</sup> BLOCH, op. cit., p. 187.

<sup>55</sup> Cf. LE GOFF. In: BLOCH, op. cit., p. 36-37.

compreender a realza taumatúrgica da sociedade feudal na França [...] é necessário introduzir no modo de produção feudal a produção do simbólico”.<sup>56</sup>

É com este espírito que buscamos compreender, por meio do *Traité du sacre* de Jean Golein, o empenho do círculo de Carlos V ao lançar mão de dois poderosos instrumentos, o rito curativo e as legendas, para reforçar o poder real francês, na segunda metade do século XIV.



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

---

<sup>56</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 36.